



Psicologia: Reflexão e Crítica

ISSN: 0102-7972

prcrev@ufrgs.br

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Brasil

Rossetti-Ferreira, Maria Clotilde; Gonçalves de Almeida, Ivy; do Amaral osta, Nina Rosa; de Almeida Guimarães, Lilian; Neísa Mariano, Fernanda; de Pauli Teixeira, Sueli Cristina; Serrano, Solange Aparecida

Acolhimento de crianças e adolescentes em situações de abandono, violência e rupturas

Psicologia: Reflexão e Crítica, vol. 25, núm. 2, 2012, pp. 390-399

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=18822935017>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Acolhimento de Crianças e Adolescentes em Situações de Abandono, Violência e Rupturas

Fostering Children and Adolescents in Situations of Abandonment, Violence and Separation

Maria Clotilde Rossetti-Ferreira^{*,a}, Ivy Gonçalves de Almeida^a, Nina Rosa do Amaral Costa^a,
Lilian de Almeida Guimarães^b, Fernanda Neísa Mariano^{a,c},

Sueli Cristina de Pauli Teixeira^{d,e} & Solange Aparecida Serrano^{a,f}

^aUniversidade de São Paulo, Ribeirão Preto, Brasil, ^bUniversidade de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, Brasil,

^cTribunal de Justiça do Estado de São Paulo, São Paulo, Brasil,

^dUniversidade Federal de São Carlos, São Carlos, Brasil,

^eCentro Universitário Barão de Mauá, Ribeirão Preto, Brasil

& ^fTribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Ribeirão Preto, Brasil

Resumo

A proteção integral à infância encontra-se em reordenamento. Baseadas nas experiências do GIAAA-CINDEDI (Grupo de Investigação sobre Abrigamento, Acolhimento Familiar e Adoção – Centro de Investigações sobre Desenvolvimento Humano e Educação Infantil), buscamos compreender a rede de significações que permeia as práticas de acolhimento familiar, institucional e adoção. Investigamos vários contextos e protagonistas: sistema judiciário, abrigos, mães e famílias de origem, de acolhimento e adotivas. Diversos procedimentos foram utilizados: investigações sócio-demográficas, estudos de caso, entrevistas, pesquisa documental nos abrigos e no Fórum, grupos de discussão. Ressaltamos achados comuns: “invisibilidade” da família de origem; frequente (re)violação da criança; falhas na Rede de Proteção; significações sobre “família saudável” e papel das concepções sobre apego que permeiam o campo. Implicações para políticas públicas e práticas sociais na área são discutidas.

Palavras-chave: Medidas de proteção, acolhimento familiar, acolhimento institucional, adoção, rede de significações.

Abstract

Childhood protection is undergoing several changes. Our study aimed to outline the complex network of meanings which includes adoption as well as institutional and family foster care, by combining theory, research and practice. We investigated various contexts and protagonists: judicial system, foster institutions, birth parents, foster and adoptive parents, and families and their children. Diverse data collection procedures were used: socio-demographic investigations, case-studies, follow-ups, interviews, analysis of foster institutions and legal court documents. Results pointed to “invisibility” of birth family, frequent child (re)abuse, failures in the network of protection, meanings of “healthy family” and role of attachment concepts. Implications for social policies and social practices are discussed.

Keywords: Childhood protection, foster institution, foster family, adoption, network of meanings.

Este artigo é um texto coletivo elaborado a partir das experiências de pesquisa e intervenção do subgrupo do CINDEDI-USP (Centro de Investigações sobre Desenvolvimento Humano e Educação Infantil da Universidade de São Paulo), denominado GIAAA (Grupo de Investigação sobre Abrigamento, Acolhimento Familiar

e Adoção). Ele apresenta alguns pontos para discussão sobre diferentes formas de acolhimento a crianças e adolescentes em situações de abandono, violência e ruptura, buscando contribuir para a promoção de políticas e práticas sociais de qualidade na área da proteção à infância e juventude.

* Agradecemos às colegas integrantes do Grupo de Acolhimento Familiar, Abrigamento e Adoção, que também participaram deste trabalho coletivo: Regina Helena Caldana, Caroline F. Eltink, Regina C. Mingorance, Ana Cecília Chaguri, Ana Laura Moraes Martinez, Helenita Sommerhalder Miike, Lorena B. Fraga, Fernanda Lacerda Silva, Genecy Duarte Barros, Carolina G. Buffa, Mariana C. Garzella, Nívea P. Maehara e Lara B. Martins.

Agradecimentos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo apoio constante a nossas pesquisas.

Endereço para correspondência: Departamento de Psicologia e Educação, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, Av. Bandeirantes, 3900, Ribeirão Preto, SP, Brasil 14040-901. E-mail: mcferre@ffclrp.usp.br

Essa preocupação está relacionada a um importante posicionamento do CINDEDI, o qual defende uma relação necessária e indissociável entre teoria e prática social e entre pesquisa e intervenção, pois a prática permite um outro olhar à pesquisa, possibilitando uma análise do processo em movimento. Esse trabalho integrado de pesquisa e ação social tem se mostrado fértil em inovações de idéias, sobretudo quando contribui para implementar um conjunto de iniciativas, de enfrentamento da realidade observada em cada cenário investigado, onde se articulam diferentes atores sociais.

Inicialmente, apresentamos resumidamente algumas condições de produção deste artigo, nas quais se insere um retorno ao ponto de partida do GIAAA. Este subgrupo do CINDEDI iniciou seus trabalhos em 2001, em um período marcado por mudanças na área de proteção integral à criança e ao adolescente, no cenário nacional e internacional. Novos conceitos de direitos haviam sido definidos e outros se definiam, resultando na criação de novos marcos legais e normativas Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente [CONANDA] & Conselho Nacional de Assistência Social [CNAS], 2006; CONANDA & CNAS, 2009; Estatuto da Criança e do Adolescente [ECA], 1990; Lei de Adoção (Lei nº 12.010, 2009); Lei Orgânica da Assistência Social, 1993; MDS, 2004; Organização das Nações Unidas [ONU], 1989). Tais mudanças resultaram de e também produziram novas práticas sociais, levando ao surgimento de novos espaços (por exemplo: Conselho Municipal da Criança e do Adolescente [CMDCA], Centro de Referência da Assistência Social [CRAS], Centro de Referência Especializado da Assistência Social [CREAS], Conselhos Tutelares, equipes interdisciplinares dos Fóruns), com novas posições e exigências profissionais. Velhos e novos jogos de poder permeiam todo esse processo de transformação, fortemente marcado por resistências a um necessário trabalho transdisciplinar em rede para o efetivo enfrentamento dos problemas.

O foco inicial de nossas pesquisas acompanhou o protagonismo que a questão da adoção vinha assumindo na mídia brasileira, inclusive com as primeiras versões do projeto de Lei de Adoção, então em trâmite no Congresso Nacional. À medida que fomos investigando as redes de significações que permeiam as políticas e práticas de adoção locais (Rossetti-Ferreira, Amorim, A. P. S. Silva, & Carvalho, 2004), adentramos em novas realidades e ampliamos o nosso olhar para a complexidade da área em investigação. Paralelamente aos trabalhos de pesquisa, a partir de 2002, passamos a participar de reuniões periódicas com membros da equipe interdisciplinar da Vara de Infância e Juventude de Ribeirão Preto, buscando assessorar e discutir o trabalho desenvolvido por eles, as novas leis e planos nacionais e executar várias intervenções junto à sociedade civil e em diversas instituições da cidade e região. A reflexão sobre nossas pesquisas e sobre estas atividades práticas contribuiu para a

ampliação dos conhecimentos do grupo a respeito das temáticas estudadas e apresentou um universo de situações exigindo novos estudos. Em decorrência, ampliamos nosso foco de investigação a fim de pesquisar vários protagonistas, campos interativos e cenários, atravessados pela história e a cultura, que compõem a área e suas problemáticas.

Em certo momento, começamos a intuir semelhanças entre contextos que aparentemente pareciam dispare, percebendo que a ampla experiência de pesquisa e intervenção do CINDEDI, desde a década de 80, em instituições coletivas de Educação Infantil, poderia auxiliar nossa compreensão com relação aos campos de investigação atuais. Discussões sobre as *Redes de Significações (RedSig)* que permeiam as políticas e práticas de Educação Infantil nos mostravam certos pontos, nodos semelhantes que, de alguma maneira, repetiam e se entrelaçavam com as políticas e práticas atuais dos serviços de acolhimento. Apesar de todas as garantias fornecidas por leis para a Educação Infantil (Ministério da Educação, 2009a, 2009b) e para a Proteção à Criança e ao Adolescente (CONANDA & CNAS, 2006; CONANDA & CNAS, 2009; ECA, 1990; Lei nº 12.010, 2009), ambos os contextos interacionais são, ainda hoje e com frequência, encarados como lugares sociais da criança “desamparada” e marcados por uma ideologia assistencialista ou filantrópica. Essa repetição e entrelaçamento encontram justificativa em pontos históricos comuns no surgimento e função desempenhadas por essas instituições (Kuhlmann, 1998).

A discussão desta constatação nos colocou a necessidade de um mergulho na história dessas instituições e, ao mesmo tempo, na observação de suas atuais formas de organização e funcionamento, assim como de outras formas de acolhimento às crianças e jovens (como o acolhimento familiar). Nessa perspectiva, nossos trabalhos de investigação foram crescendo em quantidade e qualidade, tornando-se polifocados, e abarcando tanto os níveis macro quanto os níveis micro de cada *setting* investigado. Em um redimensionamento da proposta inicial, os trabalhos de pesquisa e discussões ampliaram-se para contribuições que visavam à promoção, proteção e defesa do direito das crianças e adolescentes de múltiplas formas, buscando assim ações multidisciplinares, que uniram a equipe de pesquisadores aos psicólogos e assistentes sociais do poder Judiciário do Fórum de Ribeirão Preto.

Percebemos também a necessidade de aprimorar nosso envolvimento com as práticas sociais e políticas públicas, pois, embora a Convenção sobre os Direitos da Criança (ONU, 1989), o ECA (1990), e o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (CONANDA & CNAS, 2006) constituam os principais marcos político-legais que têm contribuído para desfazer a cultura da institucionalização de crianças e adolescen-

tes, deles emergiram apenas diretivas gerais e ainda não foram totalmente implementadas em nosso país.

Vale pontuar que as políticas de assistência de alta complexidade, que envolvem ações de proteção especial, encontram-se em um intenso processo de redefinição ou reordenamento, no país e no exterior, com novos planos, diretrizes, declarações e leis nacionais e internacionais. No caso dos abrigos, por exemplo, observa-se a emergência de estudos e pesquisas que também tentam compreender a situação do acolhimento institucional de forma mais local, bem como movimentos e iniciativas que procuram qualificar essas instituições. Percebe-se também um interesse de alguns municípios em elaborar normativas que apontem indicadores mínimos de qualidade para os abrigos (Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência [CBIA/SP], & Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo [IEE-PUC/SP], 1993; CMDCA [Rio de Janeiro], 2001; CMDCA [São Paulo], 1998; Secretaria de Assistência Social e Desenvolvimento Social de São Paulo, 1998; Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social do Rio Grande do Sul, 2001).

No campo das leis, destaca-se a destaca-se a Lei nº 12.010 (2009) – Lei de Adoção – que entrou em vigor em 04/11/09. Algumas questões acerca das práticas do abrigar e dos serviços de acolhimento institucional sofreram modificações a partir dessa lei. Dentre elas, destaca-se a reavaliação da situação de toda criança ou adolescente a cada seis meses; a fixação do tempo máximo de dois anos para o acolhimento; a prioridade da manutenção ou reintegração da criança ou adolescente em sua família de origem; a escuta da criança/adolescente; a criação de um plano individual de atendimento (PIA) para toda criança e adolescente em acolhimento institucional; a criação do Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes em sistema de acolhimento institucional, dentre outras.

Dessa forma, para melhor compreender a complexa rede de significações que permeia a área, redefinimos e ampliamos nosso foco de pesquisa para acolhimento familiar, institucional e adoção. Pudemos encontrar pontos em comum aos diferentes estudos, os quais trazem algumas implicações para as políticas públicas e práticas sociais.

Estudos sobre Adoção

Mariano (2004), em uma investigação sócio-demográfica de uma amostra aleatória de 110 processos de adoção da Vara da Infância e Juventude do Fórum de Ribeirão Preto, ocorridos entre 1991 e 2000, verificou nas peças processuais que mais de 70% das adoções podem ser classificadas como adoções “prontas” ou diretas, as quais se caracterizam pela entrega da criança por instituições ou através da mediação de conhecidos e parentes dos adotantes e/ou dos pais biológicos. As mães bioló-

gicas relacionaram a entrega de seus filhos a problemas econômicos e ao esgotamento dos recursos de sua rede familiar ou comunitária. As crianças adotadas, em sua maioria, tinham até um ano de idade e se enquadravam no perfil das crianças almejadas em adoção. Em apenas 10% dos processos, havia estudos psicosociais sobre as famílias biológicas, enquanto que 95% das famílias adotantes foram avaliadas pela equipe interdisciplinar. Muitas das determinações judiciais favoráveis às adoções respaldavam-se na ausência de recursos materiais da família biológica, uma argumentação baseada no Código de Menores (1979) e negada pelo ECA (1990).

A fim de compreender as adoções “prontas”, Mariano (2009) realizou estudo qualitativo através de entrevistas com diferentes protagonistas – famílias que entregaram seus filhos em adoção, adotantes, mediadores e operadores do Direito. Diferentes configurações de adoções “prontas” foram delineadas: aquelas em que os adotantes são parentes ou pertencem à rede de apoio (vizinhos, amigos) da família biológica, com características muito semelhantes ao fenômeno da circulação de crianças estudado por Fonseca (2002). Adoções realizadas através de instituições de acolhimento, as quais foram significadas como favorecedoras de uma melhor aceitação dos adotantes em relação às crianças, devido a um contato anterior à adoção. Esta prática adotiva também foi fortemente relacionada a jogos de poder e conflitos entre as instituições do Direito e da Assistência. Outra modalidade de adoção refere-se à adoção de bebês através de conhecidos ou ao “comércio de crianças”, às quais foram atribuídos sentidos diversos, entre eles, a possibilidade de acompanhamento dos adotantes da gestação da criança, o acesso à sua história; o medo que permeia todo esse processo, tanto pela possibilidade da mãe biológica desistir de entregar a criança, como pelo indeferimento da adoção pela Justiça. Tanto na adoção entre familiares como por pessoas de classes sociais distintas, mães biológicas se descreveram com maiores recursos para escolher a quem delegar os cuidados de seus filhos.

Em consonância com o estudo sócio-demográfico, os estudos de caso apontavam uma imbricada rede de disputas, ora pela criança ora com a criança que, em certo aspecto, reproduzia no *microsetting* familiar as mesmas questões, disputas e significações presentes nos autos processuais investigados. Os estudos de caso de Andrade, Costa e Rossetti-Ferreira (2006), Costa (2005), Eltink (2006), Mingorance (2006) e Oliveira (2005), acompanharam, por um ano ou mais, 16 famílias com seus filhos adotivos e alguns educadores destas crianças, realizando observações, entrevistas, notas de campo, gravações em vídeo e os diários dos pais. Na fala dos pais adotivos revela-se a matriz sócio-histórica que permeia todo esse campo, na qual a criança adotada e sua família biológica são posicionadas como pessoas “estrangas”, que viveram relações “desestruturadas” em seu passado e que podem ter passado por traumas afetivos “insuperáveis”.

Nas adoções tardias – no Brasil, considera-se Adoção Tardia quando a criança, no momento da adoção, tiver mais de dois anos de idade – Costa (2005) e Solon (2006) revelaram um processo frágil e demorado de negociação e construção do vínculo afetivo entre parceiros (pais e crianças) que já têm uma história pregressa. A adoção de bebês, por outro lado, parece envolver um processo de construção de identidade com a criança, o qual busca um ‘apagamento’ das origens e uma forte tendência a manter a adoção em segredo.

No seu estudo de caso entrevistando três crianças entre seis e sete anos de idade adotadas há menos de dois anos (Solon, 2006) apontou um ativo processo de silenciamento do passado dessas crianças por parte da família adotiva e dos profissionais envolvidos. Entretanto, ao narrarem seu processo de adoção, as crianças construíram justificativas sobre o afastamento da família de origem, articulando os três contextos que compõem o processo de adoção tardia: a família biológica, o abrigo e a família adotiva. Contudo, suas narrativas nos mostram que circularam de um contexto para outro, submetidas de maneira impotente às decisões dos adultos, muitas vezes sem compreender o que acontecia.

Mingorance (2006) acompanhou por um ano a inclusão de um bebê em uma família adotiva, constatando embates entre os adultos e entre eles e a criança, no estabelecimento do processo de vinculação com a criança; no desenvolvimento ou não de vínculo com o bebê imaginário no período de espera; na busca de familiaridade com a criança a partir de semelhanças físicas e comportamentais; no silenciamento sobre a adoção e a origem da criança, e no medo de perdê-la.

Eltink (2006), ao estudar a inserção de dois bebês em famílias cadastradas na Varas da Infância e Juventude, pôde apreender vivências afetivas e conflitos dos casais diante da impossibilidade de terem filhos biológicos, do cadastramento no Fórum, da gestação adotiva e da chegada da criança. O dinâmico e complexo processo de inserção de bebês em famílias adotivas mostrou-se permeado pelas múltiplas práticas discursivas sobre maternidade, vinculação e filiação. No interjogo dessas práticas discursivas e na relação com os outros (criança adotada, cônjuge, judiciário, amigos, família) vai acontecendo ou não “o tornar-se pai e mãe”.

A partir destes trabalhos, ficou evidente a necessidade de se discutir uma série de questões relacionadas às adoções no Brasil, dentre elas, a política da adoção fechada. A forma como são conduzidas as adoções parece-nos cristalizar o ideário negativo que se tem das mães biológicas. Além disso, dificulta que as mães biológicas trabalhem seu luto, impossibilita o contato entre as famílias para troca de informações sobre seus filhos, o que reforça uma fantasia que a criança possa vir a ter de que tenha sido abandonada ou rejeitada pela sua família de origem.

Outros estudos discutiram o baixo desempenho escolar e/ou as dificuldades escolares como uma resposta às possíveis dificuldades enfrentadas com o processo de

adoção. Investigações realizadas por Pauli e Rossetti-Ferreira (2009) sobre crianças e adolescentes adotados, identificados pela escola como apresentando dificuldades escolares, mostraram que o desempenho escolar de adotivos é influenciado pelos múltiplos aspectos que norteiam toda e qualquer aprendizagem humana e que a adoção, isoladamente analisada, não parece ser um evento determinante nas dificuldades escolares dos adotivos, ou algo que por si só circunscreva negativamente o desempenho escolar de um sujeito. Também buscando discutir sobre a aprendizagem de crianças que passaram por processos adotivos, Castro (2008) propôs um estudo sobre as percepções de pais e professores de crianças adotadas através de entrevistas. Em resultados preliminares sobre nove crianças, quatro delas foram apontadas como tendo dificuldades no processo de ensino – aprendizagem. No entanto, apenas 10% dos participantes apontaram a adoção como aspecto importante que influencia a aprendizagem destas crianças. A maioria apontou outros fatores em relação à aprendizagem, os quais independem da adoção, como, por exemplo, a falta ou presença de estímulo familiar (da família adotante). Pode-se concluir que para compreendermos uma situação de aprendizagem – ou de dificuldade – faz-se necessário uma análise dos fatores contextuais da situação, que vá além da adoção, abrangendo aspectos intra e extra-escolares em que estas dificuldades se apresentam.

As ambiguidades presentes no processo de adoção apontaram à necessidade de um programa de acompanhamento familiar pré e pós-adoção, não apenas nas adoções tardias – de crianças maiores – mas também nas de crianças pequenas. É fundamental também propiciar momentos e situações de encontro e conversa entre os sujeitos envolvidos diretamente com esta criança: além da família, professores, vizinhos, membros da comunidade, que estão diariamente em contato com a criança e participam de forma bastante ativa na promoção de seu desenvolvimento.

Estudos sobre Acolhimento Institucional

Em 2003, por meio de questionários, foi realizado o *Levantamento Nacional dos Abrigos para Crianças e Adolescentes*, conduzido tecnicamente pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA. A pesquisa envolveu inicialmente 670 instituições e programas de abrigos em todo o país, os quais recebiam recursos destinados à manutenção do atendimento de crianças e adolescentes da Rede de Serviços de Ação Continuada – (Rede SAC) – da Secretaria de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (E. R. A. Silva, 2004). O objetivo foi conhecer as características, a estrutura de funcionamento e os serviços prestados e caracterizar o perfil das crianças e adolescentes que se encontram nos abrigos pesquisados. Destacou-se o desconhecimento que se tinha dos programas e registros das instituições, evidenciando o quanto o fe-

nômeno do “abrigamento é desconhecido”, mesmo para o governo federal, que é quem repassa as verbas (grifo nosso). Algumas iniciativas, de cunho mais local, têm buscado quantificar o número de crianças e adolescentes abrigados, por exemplo, Porto Alegre (Fonseca et al., 2005) e São Paulo (Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo [AASPTJ-SP], Secretaria Municipal de Assistência Social de São Paulo, Fundação Orsa, & Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004).

Com o objetivo de conhecer a realidade dos abrigos em Ribeirão Preto, em 2004, iniciou-se uma pesquisa nos abrigos com atendimento para a faixa etária de zero a seis anos de idade, através do levantamento dos registros e informações nos prontuários dos abrigos e nos autos das crianças no Fórum local (Serrano, 2008). Constatou-se, novamente, “uma invisibilidade” da família de origem, traduzida pelo desconhecimento sobre esta família, com uma ausência de informações básicas, como idade, escolaridade, profissão, encaminhamentos para programas de apoio, entre outros. Com relação às características das crianças, os resultados se assemelham aos de outros estudos, como da AASPTJ-SP et al. (2004) e Fonseca et al. (2005): das 258 crianças que foram abrigadas no período, 59% são meninos; 51% afro-descendentes; 50% sem informação sobre terem pai; 78% têm irmãos tanto na mesma como em outra instituição ou já adotados; 55% recebem visitas familiares; 27% estiveram abrigados anteriormente; 86% moram em bairros das zonas mais pobres do município. Sobre o motivo do abrigamento, percebeu-se: predominância de negligência, abandono e falta temporária de condições, associada à dificuldade financeira da família; e predominância de institucionalização curta de até cinco dias ou longa de um ano ou mais (Serrano, 2011).

Estas últimas informações lançaram novos questionamentos, causando grande inquietação: quais são os critérios para se realizar um abrigamento? A quem cabe garantir a reintegração familiar, de forma a evitar uma permanência prolongada? Essas questões levaram a realização de entrevistas com três conselheiros dos Conselhos Tutelares de Ribeirão Preto (Serrano, 2008). As entrevistas evidenciaram grandes dificuldades por parte destes atores no momento de abordagem da criança e de sua família, bem como uma heterogeneidade nos critérios de abrigamento.

Com a entrada de outros membros no grupo, foram iniciadas novas pesquisas sobre a temática do abrigo, com o foco na perspectiva da criança. Buffa, Pauli-Teixeira e Rossetti-Ferreira (2010) conduziram um estudo de caso com quatro crianças e adolescentes institucionalizados, tendo por objetivo investigar, através de suas narrativas, a dificuldade de aprendizagem escolar. Percebeu-se que a questão da aprendizagem fica praticamente apagada, dando visibilidade a um tema trazido constantemente nas

narrativas dessas crianças: sua vivência escolar conflituosa. Notou-se, também, o silenciamento que percorre o (não) narrar das crianças, o qual pode estar atrelado ao fato delas, tanto no abrigo como na instituição escolar, serem impedidas de se manifestar ou não serem ouvidas (Buffa & Teixeira, 2011).

O estudo de caso sobre a perspectiva da criança sobre seu processo de abrigamento (Lacerda, 2008) utilizou o banco de dados de Solon (2006) que contém entrevistas de três crianças entre 6 e 7 anos que vivenciaram o abrigamento antes de serem adotadas. Através das narrativas das crianças percebeu-se um sentido de ambivalência frente ao processo de abrigamento. As crianças relataram suas vivências nos abrigos, mostrando que este faz parte da sua história de relações, vínculos afetivos, aprendizagem, e vida, apesar de o caracterizarem como lugar de passagem e com características negativas. O menino *Billy* refere que adoção acontece porque é *ruim ficar no abrigo*. Se o abrigo não fosse ruim, as crianças não precisariam *sair dele...* Os resultados deste estudo apontam para a urgência de preparo profissional da equipe do abrigo para que possam acolher as necessidades das crianças (Lacerda & Guimarães, 2011).

Outro estudo de caso com sete grupos de irmãos (18 crianças), com idade entre seis e doze anos, em três abrigos diferentes, desenvolvido por Almeida (2009) teve por objetivo conhecer a rede social de crianças acolhidas institucionalmente, buscando conhecer como os irmãos aparecem nessa rede. Através do uso de desenho, entrevista e uma adaptação do *Four Field Map* (Dunn & Deater-Deckard, 2001) foi notado que: os irmãos, especialmente os mais velhos, são os membros da família mais citados, principalmente no que diz respeito ao exercício das funções de educação, apoio emocional e relação afetiva, além de brincadeira e lazer. Irmãos acolhidos na mesma instituição são os mais mencionados pelas crianças, dado que merece destaque, pois sinaliza a importância da proximidade entre eles para a manutenção do vínculo. Além disso, foram encontrados indícios de que a organização da estrutura e da rotina da instituição, pautada na faixa etária ou sexo das crianças, não privilegia a manutenção ou desenvolvimento dos vínculos afetivos entre os grupos de irmãos. Os resultados deste estudo apontam para a necessidade dos abrigos reverem efetivamente suas concepções e práticas relacionadas ao acolhimento de grupos de irmãos (Almeida, Maehara & Rossetti-Ferreira, 2011).

A mesma metodologia foi usada em outro estudo de caso com sete crianças na faixa etária entre sete e doze anos, em um abrigo de Ribeirão Preto (Maehara, 2010), investigando quem faz parte da rede social de crianças abrigadas, que funções exercem e se há procura preferencial por pares ou por adultos. A rede social das crianças é composta, majoritariamente, por pessoas do abrigo, sugerindo que as crianças estão conseguindo estabelecer relações nesse contexto. As crianças parecem exercer es-

pecialmente as funções de apoio emocional, brincadeira e proteção, enquanto os adultos, as de cuidados e atividades diárias e educação. Pessoas da escola, família ou de outros contextos foram pouco citadas. No entanto, o desenho de “pessoas importantes para mim” evidencia que a relação afetiva mais significativa é com os familiares, embora tenham pouco contato com eles. Garzella (2008) utilizou entrevistas e produção de fotografias com cinco crianças de seis e sete anos de idade, complementadas por grupos de conversa com as crianças sobre as fotos produzidas, com o objetivo de compreender como elas vivenciam o contexto do abrigo. Ressaltou-se a preferência por atividades lúdicas e de expressão e por lugares abertos, e também a particularidade dos vínculos estabelecidos por cada criança com as diferentes pessoas na instituição. A partir da escuta dessas crianças foi possível refletir sobre melhorias na qualidade de atendimento no abrigo, de certa forma sugeridas pelas próprias crianças (Garzella & Serrano, 2011).

Estudos sobre Acolhimento Familiar

Os estudos sobre Acolhimento Familiar se inseriram no grupo a partir de questionamentos oriundos das pesquisas com adoção, em especial sobre adoção tardia. Ao observar o longo processo de adoção afetiva de crianças maiores pela família adotante e os conflitos presentes na construção de vínculos afetivos, questionamos como isso ocorreria em um contexto provisório de acolhimento, em ambiente familiar.

Embora possa ser considerado uma prática cultural antiga relacionada à circulação de crianças entre casas de parentes ou pessoas ligadas por relações de compadrio, ela constitui uma nova alternativa de acolhimento a crianças privadas dos cuidados parentais. Só passou a compor uma política pública oficial a partir da Política Nacional de Assistência Social ([PNAS], MDS, 2004), onde aparece como uma medida de proteção especial de alta complexidade a ser implantada nos municípios brasileiros, sendo ratificada no Plano Nacional em 2006. Entretanto, apesar de recente como proposta nacional, no Estado de São Paulo existem municípios com experiências de programas de acolhimento familiar que ultrapassam uma década. Assim, nossas pesquisas iniciaram com um mapeamento dos programas de acolhimento familiar no Estado, suas formas de funcionamento (gestão, parceiros, manutenção, ações desenvolvidas, dentre outros) e localidade (Costa & Rossetti-Ferreira, 2009). Em outra investigação mais qualitativa, foram pesquisadas as significações de vínculo afetivo, acolhimento, família acolhedora e de origem que permeiam e circulam entre os técnicos que operam os programas (assistentes sociais e psicólogos) e entre as famílias acolhedoras (Costa & Rossetti-Ferreira, 2006; Martins, 2009).

Temos observado que o acolhimento de crianças e adolescentes em situação de desproteção ou vulnerabilidade

é um campo em plena transformação e reordenamento tanto no âmbito das políticas macro-sociais, como nas práticas cotidianas desenvolvidas pelas equipes multi-profissionais de técnicos de Secretarias Municipais, de abrigos ou do Poder Judiciário, ao atuarem dentro do Sistema de Garantia de Direitos. Dessa forma, muitas ambigüidades e contradições estão presentes nos discursos e nas práticas dos profissionais que atuam na área, como também nas famílias que acolhem. Isto nos leva a considerar que mudar uma cultura de acolhimento que tem raízes históricas na institucionalização de crianças e criar novas medidas de proteção (entre elas o acolhimento familiar) não é um processo rápido e vai exigir muita assessoria técnica, pesquisa e investimento público para sua real efetivação (Costa & Rossetti-Ferreira, 2008). Acreditamos assim, na relevância da formação e capacitação da equipe interdisciplinar que atua nos programas, como também na necessidade destas equipes serem ouvidas, para que venham à tona representações, sentidos, dúvidas e angústias.

Pontos em Comum aos Diferentes Estudos

A “Invisibilidade” da Família de Origem

O primeiro estudo sócio-demográfico (Mariano, 2004) apontou uma significativa falta de informações sobre as famílias biológicas, dados muito vagos, o que revela a fragilidade da posição desses protagonistas nos processos, e uma “generalização” dos problemas por elas apresentados sob categorias nebulosas como “negligência”, “pobreza”, “drogadição”, “doença mental”. Ademais, embora o ECA (1990) determine que a destituição do poder familiar não possa ocorrer por pobreza, este foi um dos motivos referido em 40% dos processos. Isso requer um olhar mais crítico para a ausência ou insuficiência de políticas públicas de emprego, moradia, saúde e educação, que poderiam dar suporte a essas famílias em seus períodos de dificuldade. Em seu estudo sobre abrigos, Serrano (2008) novamente constatou “uma invisibilidade” da família de origem. Naqueles registros encontrados, os indicadores apontaram um baixo nível de escolaridade, tanto dos pais como das mães das crianças abrigadas. Como em um círculo vicioso, essas pessoas com baixa ou nenhuma renda têm mais dificuldade de acesso à educação formal. Deste modo, os dados coletados sobre o trabalho ou ocupação dos pais apontaram significativo desemprego, trabalhos no mercado informal, em atividades que exigem baixa qualificação e uma concentração de renda inferior a um salário mínimo ou nulo.

Nos casos acompanhados pela equipe junto com os psicólogos e assistentes sociais do Fórum de Ribeirão Preto é comum perceber que as dificuldades relacionais e pessoais constituem causas para o afastamento das crianças de sua família, histórias que se repetem de uma a outra geração. Outro aspecto a ser destacado vem de estudos que apontam a crescente prevalência de famílias

chefiadas por mulheres (Gueiros, 2003), fato que se relaciona com nossas pesquisas, pois em muitos casos, a mulher-mãe fica como a única responsável pelos cuidados com a prole. Isso faz com que, diante deste contexto, suas dificuldades financeiras sejam intensificadas, além de freqüentemente não contar com uma rede de apoio que a auxilie. Não é possível analisar tal realidade com foco apenas na criança, desgarrada da sua família e deixando de fora a análise de todo um cenário histórico-social e econômico que marca e enreda os diversos atores e seu desenvolvimento, no sentido do público interagir e até circunscrever o privado. Diante da ausência de políticas de proteção social, que deveriam ser implementadas pela esfera pública com a participação da comunidade, deparamos com a pressão para que sejam encontradas junto à família respostas para as graves situações vividas por seus membros.

A (Re)Violação da Criança

Se o que causa o acolhimento de crianças é a violação de algum de seus direitos, nossas pesquisas mostram que enquanto acolhidas, muitas vezes, seus direitos continuam sendo violados.

Os estudos do grupo apontam que, em situações de acolhimento, abrigamento e adoção, a criança é o sujeito menos ouvido. Muito se fala dela, do seu melhor interesse, mas ela é pouco informada e escutada sobre seus sentimentos, medos e experiências. Seu destino vai sendo traçado, freqüentemente, sem o seu conhecimento e participação. Desta forma, a criança desconhece as razões de estar onde está, por quanto tempo permanecerá naquela situação e o que irá acontecer com ela.

Percebemos que, por dificuldade dos profissionais dos abrigos e dos pais adotivos e, também, na tentativa de amenizar o sofrimento das crianças, o passado lhes é negado. O esforço é para que sua história de vida seja esquecida. Neste movimento, no qual a conversa entre adultos e crianças é quase inexistente, todos saem perdendo, principalmente a criança. Como construir um futuro se não há passado?

Notamos também que, enquanto acolhidas, as crianças têm seus vínculos afetivos fragilizados de diferentes formas. No contexto familiar, não há ações efetivas que promovam a manutenção e (re)construção dos vínculos afetivos, tanto por ainda desmembrarem os grupos de irmãos, como por não valorizarem e promoverem a participação da família no cotidiano das instituições. No contexto institucional, por exemplo, o número insuficiente de educadores pouco qualificados, bem como a sobrecarga de funções, acabam por prejudicar a qualidade da relação entre eles e as crianças. Dificuldades na inclusão das crianças na comunidade em geral e especialmente na escola também gera sofrimento para as crianças, seja pelo isolamento, seja pelo preconceito de que são alvo.

Além disso, constatamos que características e regras institucionais pouco flexíveis dificultam o “acolhimen-

to”, no sentido mais amplo da palavra, das necessidades e individualidades das crianças. Lidar com o individual e personalizado, num ambiente de educação coletiva – que é o abrigo – parece ser um dos grandes desafios a serem enfrentados pelas instituições.

Significações sobre “Família Saudável” e o Papel das Concepções sobre Apego que Permeiam o Campo

A centralidade do papel da família no cuidado, formação e educação das crianças tem destaque na esfera das políticas nacionais e internacionais. Vista como “base de tudo”, com freqüência idealizada como sinônimo de afeto, proteção e pertencimento, ela vem sendo desmistificada como espaço seguro e protetor para as crianças, com as várias denúncias de violências que ocorrem em seu seio (Rizzini, 2010).

É evidente que existem diferentes formas de socialização, bem como de constituição de sujeitos, mas a matriz sócio-histórica que permeia as práticas de adoção e acolhimento familiar e institucional de crianças parece ser a de que é sempre preciso uma família bem constituída, conforme o modelo da família nuclear ocidental, tendo a mãe como eixo central. Novas estruturas familiares, tais como famílias monoparentais ou famílias recompostas com filhos de diferentes uniões, bastante freqüentes nos vários extratos da sociedade atual e que propiciam formas diversas de relacionamento, recebem diferentes interpretações conforme a camada social a qual pertencem. Práticas sociais variadas ratificam a visão de que as famílias de onde provem as crianças que necessitam de proteção especial são desestruturadas ou disfuncionais. As famílias são culpabilizadas mesmo quando a ausência ou baixa qualidade das políticas públicas de emprego, saúde, educação e habitação são em grande parte responsáveis pelas dificuldades vivenciadas por elas. A organização dos horários de visita nos abrigos, restringindo-os a períodos curtos em horas e dias de trabalho, por sua vez, dificulta as visitas dos familiares que trabalham. Ao mesmo tempo, uma baixa freqüência de visitas serve de argumento para avaliar o seu grau de vinculação e interesse pelos seus filhos.

Cabe, no entanto, reconhecer a freqüente fragilidade das famílias biológicas, submetidas a um processo transgeracional de privações e de repetida exclusão. Adultos hoje, que anteriormente foram crianças desprotegidas, podem enfrentar dificuldades em exercer a função de proteção, cuidado e educação de seus filhos, necessitando de um apoio especial nesse sentido. O processo de desenraizamento social, de afastamento de familiares, amigos e vizinhança que as famílias vão sofrendo, pode favorecer o desenvolvimento de problemas de saúde mental e drogadição. Uma resposta efetiva a esses problemas exige políticas públicas e práticas sociais efetivas, com a colaboração da comunidade, que

sejam constantes e articuladas em rede. O que se observa, entretanto, são medidas insuficientes, fragmentadas e raramente articuladas, que dificilmente atuam em nível preventivo, o que dificulta ou impossibilita uma melhora mais efetiva e permanente.

Também a fragilidade da criança e/ou adolescente submetidos, por vezes de maneira repetida, a situações de violência, ruptura, separações e devoluções deve ser cuidadosamente considerada. É sabido que o ser humano precisa do outro(s), ao qual se vincula afetivamente, para sobreviver, desenvolver e se constituir como sujeito. É esse *outro* que o insere em contextos ou posições sociais, agindo como seu mediador para o mundo e do mundo para ele(a). Em nossa sociedade, esse *outro*, no início da vida, é usualmente a mãe e/ou pai, embora outras pessoas familiares possam assumir ou compartilhar esse lugar.

Lewis e Takahashi (2005) argumentam que são muitas as possibilidades de vínculos, que podem ‘ocupar’ o lugar onde se coloca o casal parental, os irmãos e demais familiares na vida de um indivíduo. São esses vários *outros*, por meio de suas interações com a criança, em ambientes social e culturalmente organizados, que favorecem certas condições e direções para o desenvolvimento da criança e ou adolescente.

Considerando a plasticidade do desenvolvimento humano, que pode se dar das formas mais diversas, entendemos a possibilidade de reconstrução (ou ressignificação) de vínculos afetivos entre pessoas que viveram conflitos e, até mesmo, relações violentas. E, como aponta Lewis (1999), a pessoa constrói vínculos afetivos ao longo de toda a vida. Assim, se os eventos passados são significativos, os atuais também o são e têm o poder de alterar o percurso de seu desenvolvimento.

O papel da Teoria do Apego na área constitui um bom exemplo da relevância das ciências do desenvolvimento humano para a definição das políticas e práticas sociais de educação e proteção de crianças e jovens, sobretudo daqueles que tem seus direitos violados. Ao enfatizar a importância do estabelecimento e manutenção de vínculos afetivos, sobretudo com uma figura materna, predizendo consequências desenvolvimentais adversas quando a criança não estabelece vínculos, sofre separações e rupturas do vínculo, a teoria do apego influenciou, tanto positiva como negativamente, as políticas e práticas sociais destinadas à infância. Estabeleceu também significações socialmente cristalizadas do que é necessário para um desenvolvimento saudável ou patológico, dentro de um modelo naturalizado de desenvolvimento.

Assim, se por um lado ela contribuiu para consolidar uma concepção de criança enquanto sujeito de direitos (que reivindica garantias de proteção legal e integral que respeitem seu desenvolvimento emocional e os vínculos afetivos por ela estabelecidos); por outro, ela torna patológicos (ou “de risco”) os contextos de desenvolvimento coletivo, elegendo a família como único espaço de desen-

volvimento saudável. Além disso, ignora e silencia o fato de que um conjunto de alternativas de atendimento social, oferecido pelo Estado às famílias biológicas em dificuldades, como alertado em Mariano (2004) e em Serrano (2008), também poderia evitar o “abandono”, o abrigamento. Tais idéias estão implícitas nas leis e normativas, constituindo *RedSigs* que parecem insistir na busca em manter esses sentidos historicamente dominantes.

A partir de nossas pesquisas, temos sentido necessidade de redefinir nossas concepções sobre desenvolvimento e apego a partir de uma perspectiva processual, relacional, situada e discursiva, conforme proposto pela *RedSig*. Para nós, o desenvolvimento e as relações de apego são construídos nas/através das interações e relações recíprocas em contextos específicos, os quais envolvem discursos vivenciados e situados, que colocam os parceiros em certas posições, favorecendo a construção de certos sentidos e um repertório de papéis possíveis, estabelecendo limites e possibilidades para o fluxo de comportamentos e o desenvolvimento dos sujeitos (Rossetti-Ferreira & Costa, 2012).

Comentários Finais

As várias pesquisas e discussões do nosso grupo apontam para a necessidade de capacitação dos vários atores envolvidos nas medidas de proteção (conselheiros tutelares, equipes interprofissionais, operadores do direito, etc), bem como a articulação dos atores que participam de situações de acolhimento familiar, institucional e adoção – pais, profissionais dos diferentes contextos, crianças, entre outros – num efetivo trabalho em rede, que possibilite o desenvolvimento integral destas crianças e adolescentes em situações de abandono, violência e rupturas, atendendo tanto a seus direitos como aos de suas famílias,

Em primeiro lugar, parecem-nos fundamentais medidas que garantam às famílias de origem boas condições de emprego, saúde, educação e moradia, dentre outras. Medidas simples, como creches e ensino fundamental em tempo integral e de boa qualidade, por exemplo, já contribuiriam para diminuir drasticamente o número de crianças abrigadas.

Além disso, propomos, dentre outras medidas: (a) criação de cadastros ou bancos de dados sobre as crianças, adolescentes e suas famílias, nos diferentes serviços, que registrem sua história e seus percursos; (b) melhor definição e implementação dos critérios de acolhimento institucional e familiar e formação dos profissionais que executam o acolhimento, em especial dos conselheiros tutelares; (c) formação em serviço, supervisão e apoio às famílias acolhedoras e aos educadores e demais profissionais dos abrigos, que os posicione como “parceiros” no trabalho de proteção às crianças e adolescentes; (d) criação de serviços de atendimento que acompanhem e

apóiem as famílias no pré e pós-adção; (e) valorização da atuação e maior participação de profissionais da área nos Conselhos Municipais (de Direitos da Criança e do Adolescente; da Saúde, da Educação, dentre outros).

Em termos de legislação, vários destes pontos têm apresentado importantes avanços. A título de exemplo podemos citar o documento de Orientações Técnicas para Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (CONANDA & CNAS, 2009) e a Lei nº 12.010 (2009). Cabe agora colaborarmos enquanto profissionais para implementá-los na prática.

Referências

- Almeida, I. G. (2009). *Rede social e relacionamento entre irmãos: A perspectiva da criança em acolhimento institucional*. (Dissertação de Mestrado não-publicada). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP.
- Almeida, I. G.; Maehara, N. P. & Rossetti-Ferreira, M. C. (2011). A perspectiva da criança em acolhimento institucional sobre sua rede social: a importância do relacionamento entre irmãos. Em M. C. Rossetti-Ferreira; S. A. Serrano & I. G. Almeida (Orgs.). *O acolhimento institucional na perspectiva da criança*. São Paulo: Hucitec, 119-172 pp.
- Andrade, R. P., Costa, N. R. A., & Rossetti-Ferreira, M. C. (2006). Significações de paternidade adotiva: Um estudo de caso. *Paidéia*, 16, 241-252.
- Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Secretaria Municipal de Assistência Social de São Paulo, Fundação Orsa, & Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. (2004). *Por uma Política de abrigos em defesa de direitos das crianças e dos adolescentes na cidade de São Paulo* (Relatório de pesquisa). São Paulo, SP: Comissão Interinstitucional de Acompanhamento.
- Buffa, C. G., Pauli-Teixeira, S. C. de, & Rossetti-Ferreira, M. C. (2010). Vivências de exclusão em crianças abrigadas. *Psicologia: Teoria e Prática*, 12(2), 17-34.
- Buffa, C. G. & Teixeira, S. C. P. (2011). Crianças que moram em abrigos e a escola: o universo das corujinhas. Em M. C. Rossetti-Ferreira; S. A. Serrano & I. G. Almeida (Orgs.). *O acolhimento institucional na perspectiva da criança*. São Paulo: Hucitec, 173-198 pp.
- Castro, L. F. R. F. (2008). *A trajetória escolar de crianças adotadas: A perspectiva de pais e professores*. (Projeto de Mestrado não-publicado). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP.
- Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência, & Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. (1993). *Cadernos de Ação: Vol. 3. Trabalhando abrigos*. São Paulo, SP: Forja.
- Código de Menores. (1979). *Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979*. Brasília, DF: Congresso Nacional.
- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. (1998, 18 jun.). Resolução 40/CMDCA de 1 de junho de 1998. *Diário Oficial do Município* (São Paulo), 27-28.
- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. (2001). *Políticas de Abrigos para Crianças e Adolescentes do Município do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, RJ: Autor.
- Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente [CONANDA] & Conselho Nacional de Assistência Social [CNAS] (2009). *Orientações técnicas: Serviços de acolhimento para crianças e adolescentes*. Brasília-DF.
- Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente [CONANDA] & Conselho Nacional de Assistência Social [CNAS] (2006). *Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária*. Brasília-DF.
- Costa, N. R. A. (2005). *Construção de sentidos relacionados à maternidade e à paternidade em uma família adotiva*. (Tese de Doutorado não-publicada). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP.
- Costa, N. R. A., & Rossetti-Ferreira, M. C. (2006). *Famílias acolhedoras: Uma análise de experiências no estado de São Paulo*. (Projeto de Pós-doutorado não-publicado). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP.
- Costa, N. R. A., & Rossetti-Ferreira, M. C. (2008) Tornar-se pai e mãe em um processo de adoção tardia. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 20(3), 351-360.
- Costa, N. R. A., & Rossetti-Ferreira, M. C. (2009). Acolhimento familiar: Uma alternativa de proteção para crianças e adolescentes. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 22(1), 111-118.
- Dunn, J., & Deater-Deckard, K. (2001). *Children's views of their changing families*. York, UK: Joseph Rowntree Foundation.
- Eltink, C. F. (2006). *"Escolhas" na adoção: O processo de acolhimento da criança na família adotiva*. (Tese de Doutorado não-publicada). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP.
- Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). *Lei n. 8.069 de 13 de julho de 1990*. Brasília, DF: Câmara dos Deputados.
- Fonseca, C. (2002). *Caminhos da adoção* (2. ed.). São Paulo, SP: Cortez.
- Fonseca, C., Schuch, P., Uriarte, P., Soares, D., Jonas Castilho, J., & Recena, M. A. (2005). *Estrutura e composição dos abrigos para crianças e adolescentes em Porto Alegre* (Relatório de pesquisa). Porto Alegre, RS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Retrieved November 03, 2010, from http://www.ufrgs.br/naci/Documentos/Relatorio_Naci_CMDCA_abrigos_Porto_Alegre.pdf
- Garzella, M. C. (2008). *O abrigo sob a perspectiva da criança*. (Monografia não-publicada). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP.
- Garzella, M. C. & Serrano, S. A. (2011). O abrigo sob as lentes da criança: olhares e vozes sobre a convivência na instituição. Em M. C. Rossetti-Ferreira; S. A. Serrano & I. G. Almeida (Orgs.). *O acolhimento institucional na perspectiva da criança*. São Paulo: Hucitec, 199-234 pp.
- Gueiros, D. A. (2003). Família e proteção social: Questões atuais e limites da solidariedade familiar. *Revista Serviço Social e Sociedade*, 102-121.
- Kuhlmann, M., Jr. (1998). *Infância e educação infantil: Uma abordagem histórica*. Porto Alegre, RS: Mediação.
- Lacerda, F. S. (2008). *A perspectiva da criança sobre seu processo de abrigamento*. (Monografia não-publicada). Faculdade de Franca, Franca, SP.
- Lacerda, F. S. & Guimarães, L. A. (2011). "Assistir Robocop lá é chato!": conversando com crianças sobre suas vivências no abrigo institucional. Em M. C. Rossetti-Ferreira; S. A. Serrano & I. G. Almeida (Orgs.). *O acolhimento institucional na perspectiva da criança*. São Paulo: Hucitec, 235-272 pp.

- Lei nº12.010 de 3 de agosto de 2009. Brasília: DF, Congresso Nacional.
- Lei Orgânica da Assistência Social. (1993). *Lei nº 8.742, de 7 de Dezembro de 1993*. Brasília, DF: Congresso Nacional.
- Lewis, M. (1999). *Alterando o destino: Por que o passado não prediz o futuro*. Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas.
- Lewis, M., & Takahashi, K. (2005). Beyond the Dyad: Conceptualization of social networks. *Human Development*, 48(1/2).
- Maebara, N. P. (2010). *Conhecendo a rede social da criança abrigada: Um estudo exploratório*. (Monografia não-publicada). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP.
- Mariano, F. N. (2004). *O Cenário Jurídico: A análise de processos de adoção no município de Ribeirão Preto (1991-2000)*. (Dissertação de Mestrado não-publicada). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP.
- Mariano, F. N. (2009). *Conhecendo as adoções “prontas” e diretas: Buscando conhecer seus caminhos e percalços*. (Tese de Doutorado não-publicada). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP.
- Martins, L. B. (2009). *Acolhimento familiar: A caracterização de um programa*. (Monografia não-publicada). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP.
- Mingorance, R. C. (2006). *A construção das relações afetivas durante a inserção do bebê na família adotiva*. (Tese de Doutorado não-publicada). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP.
- Ministério da Educação. (2009a). *Diretrizes curriculares nacionais para a Educação Infantil*. Brasília, DF: Autor.
- Ministério da Educação. (2009b). *Indicadores da qualidade na Educação Infantil*. Brasília, DF: Autor.
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2004). *Política Nacional de Assistência Social*. Brasília, DF: Autor.
- Oliveira, C. S. (2005). *Desejos e frustrações dos casais adotantes durante o processo de adoção*. (Monografia não-publicada). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP.
- Organização das Nações Unidas. (1989, 20 nov.). *Convenção sobre os Direitos da Criança*. Assembléia das Nações Unidas.
- Pauli, S. C., & Rossetti-Ferreira, M. C. (2009). Construção das dificuldades de aprendizagem em crianças adotadas. *Cadernos de Pesquisa*, 39(138), 881-895.
- Rizzini, I. (2010). Para além da centralidade da família. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 7(7), 20-22.
- Rossetti-Ferreira, M. C., Amorim, K. S., Silva, A. P. S., & Carvalho, A. M. A. (Eds.). (2004). *Rede de significações e o estudo do desenvolvimento humano*. Porto Alegre, RS: ArtMed.
- Rossetti-Ferreira, M. C., & Costa, N. R. A. (2012). Construcción de vínculos afectivos en contextos adversos de desarollo: importancia y polémicas. *Scripta Nova - Revista Electronica de Geografía y Ciencias Sociales*, 16(395).
- Secretaria de Assistência Social e Desenvolvimento Social de São Paulo. (1998). *Programa Criança e Adolescente: Referências para a implantação de padrões básicos de operação*. São Paulo, SP: Autor.
- Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social do Rio Grande do Sul. (2001). *Projeto de Reordenamento Institucional da Rede de Abrigos da STCAS Porto Alegre e Viamão*. Porto Alegre, RS: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas.
- Serrano, S. A. (2008). *O abrigamento de crianças de zero a seis anos de idade: Caracterizando esse contexto*. (Tese de Doutorado não-publicada). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP.
- Serrano, S. A. (2011). Quem são as crianças institucionalizadas e suas famílias? Refletindo sobre os indicadores de abrigamento. Em M. C. Rossetti-Ferreira; S. A. Serrano & I. G. Almeida (Orgs.). *O acolhimento institucional na perspectiva da criança*. São Paulo: Hucitec, 86-118 pp.
- Silva, E. R. A. (Ed.). (2004). *O direito à convivência familiar e comunitária: Os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil*. Brasília, DF: Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
- Solon, L. A. G. (2006). *A perspectiva da criança sobre seu processo de adoção*. (Dissertação de Mestrado não-publicada). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP.